



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DE ITAPAJÉ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES: PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD NAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO COMÉRCIO DE ITAPAJÉ**

ITAPAJÉ

2024

JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES: PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD NAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO COMÉRCIO DE ITAPAJÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Segurança da Informação do Campus de Itapajé da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Segurança da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Germano Fenner.

ITAPAJÉ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S235d Santos Filho, João Luiz dos.
Desafios e oportunidades: proposta de implementação da LGPD nas pequenas e médias empresas do comércio de Itapajé / João Luiz dos Santos Filho. – 2024.
64 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Itapajé, Curso de Segurança da Informação, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Germano Fenner.
1. Lei Geral de Proteção de Dados. 2. Privacidade. 3. Pequenas e médias empresas. 4. Conformidade legal. 5. Segurança da informação. I. Título.

CDD 005.8

JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES: PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD NAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO COMÉRCIO DE ITAPAJÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Segurança da Informação do Campus de Itapajé da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Segurança da Informação.

Aprovado em: 25/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Germano Fenner (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Elisângela da Silva Rodrigues
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. João Henrique Gonçalves Medeiros Corrêa
Universidade Federal do Ceará - UFC

A minha querida família, que esteve ao meu lado durante toda a jornada acadêmica. Agradeço profundamente aos meus pais, pelo cuidado, amor incondicional e por sempre acreditarem em mim. Às minhas irmãs, pelos conselhos e pelo constante apoio, sou imensamente grato.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Ceará (UFC) pelo apoio institucional ao longo da minha trajetória acadêmica. Aos técnicos administrativos, administradores, ao diretor e vice-diretor do campus de Itapajé, estendo meus sinceros agradecimentos. Um agradecimento especial aos vigilantes do campus, que, em várias ocasiões, estiveram presentes para garantir assistência e segurança nas minhas saídas tardias.

Ao Prof. Dr. Germano Fenner, meu orientador e coordenador de curso, sou profundamente grato pela excelente orientação, pelo constante apoio e pelos conselhos valiosos que contribuíram imensamente para o meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço também aos professores da banca examinadora, Elisângela Rodrigues e João Henrique, pela disponibilidade, colaborações enriquecedoras e sugestões que aprimoraram este trabalho.

Aos funcionários das empresas entrevistadas, meu sincero agradecimento pelo tempo e pelas contribuições durante as entrevistas.

Por fim, aos colegas da turma de Graduação, Gabriel Barreto, Maria Alyce e Thais Andrade, expresso minha gratidão pela parceria, pelos conselhos e sugestões ao longo do curso. O apoio e o companheirismo de vocês foram fundamentais nesta jornada.

"A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece regras claras sobre a coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, visando a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade." (Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD))

RESUMO

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei nº 13.709/2018, estabelece normas para o tratamento de dados pessoais, refletindo um avanço significativo na proteção da privacidade e segurança da informação no Brasil. Desde sua vigência em agosto de 2020, todas as empresas, independentemente de seu porte, são responsáveis pela proteção dos dados pessoais que coletam e tratam. No contexto do comércio de Itapajé, majoritariamente composto por pequenas e médias empresas (PMEs), a implementação da LGPD representa um desafio devido à complexidade e custos envolvidos, mas também uma oportunidade de aumentar a confiança dos clientes e a competitividade no mercado. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa propor uma implementação da LGPD nas PMEs de Itapajé, buscando minimizar desafios e maximizar oportunidades. A pesquisa revelou que essas empresas tem necessidade de mais informações e recursos sobre a LGPD, demonstrando uma conscientização crescente sobre a importância de conformidade legal para proteger dados pessoais e evitar penalidades. Em resposta, foi desenvolvido um *kit* de documentos para auxiliar as PMEs na adequação à LGPD.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados; privacidade; pequenas e médias empresas; segurança da informação.

ABSTRACT

The General Data Protection Law (LGPD), established by Law No. 13.709/2018, sets forth regulations for the processing of personal data, marking a significant advancement in privacy protection and information security in Brazil. Since its enforcement in August 2020, all companies, regardless of size, are responsible for safeguarding the personal data they collect and process. In the context of commerce in Itapajé, which is predominantly made up of small and medium-sized enterprises (SMEs), the implementation of the LGPD presents a challenge due to the complexity and costs involved, but also an opportunity to enhance customer trust and competitiveness in the market. This Graduation Project aims to propose an implementation of the LGPD in the SMEs of Itapajé, seeking to minimize challenges and maximize opportunities. The research revealed that these companies need more information and resources about the LGPD, demonstrating a growing awareness of the importance of legal compliance to protect personal data and avoid penalties. In response, a set of documents *kit* was developed to assist SMEs in adapting to the LGPD.

Keywords: General Data Protection Law; privacy; small and medium-sized enterprises; information security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das PMEs participantes por segmento de atuação e porte	20
Figura 2 – Conhecimento sobre a LGPD	21
Figura 3 – Principais motivos da falta de conhecimento	22
Figura 4 – Você considera que a conformidade com a LGPD é uma prioridade para o seu negócio?	22
Figura 5 – Qual seria o maior desafio para implementar práticas de conformidade com a LGPD em sua empresa?	23
Figura 6 – Qual o prazo estimado para que sua empresa esteja totalmente em conformidade com a LGPD	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos da ANPD	65
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	14
2.1	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	14
2.1.1	<i>Princípios da LGPD</i>	14
2.1.2	<i>Normas e Diretrizes</i>	15
2.1.3	<i>Direitos dos Titulares de Dados Pessoais</i>	15
2.2	A Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de Janeiro de 2022	16
2.3	A Proteção de Dados no Comércio de Itapajé	17
2.3.1	<i>Especificidades do Comércio de Itapajé:</i>	17
3	METODOLOGIA	18
3.1	Pesquisa Bibliográfica	18
3.2	Coleta de Dados	18
3.2.1	<i>Desenvolvimento do Questionário</i>	19
3.2.2	<i>Perfil das PMEs participantes</i>	20
3.2.3	<i>Tamanho da Amostra</i>	20
4	RESULTADOS	21
4.1	Conhecimento da LGPD	21
4.2	Prioridade da conformidade com a LGPD	22
4.3	Percepção das PMEs em Relação à Conformidade com a LGPD	23
4.4	Análise qualitativa sobre a Conformidade das PMEs com a LGPD	24
4.4.1	<i>Proposta de implementação</i>	25
5	CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS	27
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE A –QUESTIONÁRIO DO GOOGLE FORMS	29
	APÊNDICE B –ARTEFATO 1: CHECKLIST DE CONFORMIDADE	38
	APÊNDICE C –ARTEFATO 2: GUIA DE CONFORMIDADE	41
	APÊNDICE D –ARTEFATO 3: MODELO DE COMUNICAÇÃO	58
	APÊNDICE E –ARTEFATO 4: SOLICITAÇÃO DE CONSENTIMENTO	60
	ANEXO A – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA ANPD	65

1 INTRODUÇÃO

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei nº 13.709/2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado (BRASIL, 2018b), representa um marco histórico na defesa da privacidade e na segurança da informação no Brasil.

Com a crescente digitalização de informações e transações, é crucial garantir que os dados pessoais dos indivíduos sejam tratados de maneira responsável. A partir de sua vigência em agosto de 2020, as empresas, independente do seu porte, passaram a ter responsabilidade de garantir a proteção dos dados pessoais coletados, armazenados e tratados em suas atividades (ANPD, 2022). No contexto do Comércio de Itapajé, composto majoritariamente por pequenas e médias empresas (PMEs), a implementação da LGPD se configura como um desafio de grande relevância. Se por um lado as empresas se deparam com a complexa tarefa de adequar seus processos e procedimentos as exigências da lei, o que pode gerar inseguranças e custos adicionais, por outro lado, surge a oportunidade de fortalecer a confiança dos clientes, aumentar a competitividade no mercado e aprimorar a gestão de dados, impulsionando o crescimento dos negócios. Uma pesquisa conduzida pela Serasa Experian em 2019, que avaliou o conhecimento sobre a LGPD entre consumidores e empresas. Este estudo envolveu 1.564 consumidores e 508 empresas, revelando que 74% dos consumidores estavam cientes da LGPD, mas apenas 29% compreendem seu significado. Entre as empresas, 67% afirmaram conhecer a lei, mas apenas 38% estão em conformidade com ela (EXPERIAN, 2019).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma proposta de implementação da LGPD nas pequenas e médias empresas (PMEs) do comércio de Itapajé, visando minimizar os desafios e maximizar as oportunidades geradas pela nova legislação. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar o cenário atual de conformidade das PMEs do comércio de Itapajé em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); identificar os principais desafios enfrentados por essas empresas na implementação da LGPD; desenvolver uma estratégia única para essa implementação; e propor medidas práticas que ajudem a minimizar os desafios e aproveitar ao máximo as oportunidades decorrentes da aplicação da LGPD.

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo explorará os desafios e as oportunidades que as empresas locais enfrentam ao se adequarem às exigências da LGPD. A pesquisa se concentrará em aspectos como:

- a) análise dos desafios da LGPD para as PMEs de Itapajé, por meio da identificação dos principais obstáculos enfrentados pelas empresas na adequação à Lei, como a falta de conhecimento técnico, recursos financeiros limitados, carência de cultura de proteção de dados e dificuldades na interpretação da LGPD;
- b) proposta de um kit de implementação da LGPD, através da elaboração de um guia prático, com linguagem simples e direta, que detalha os passos necessários para adequação à LGPD. Além dos diversos modelos de documentos prontos para uso, como Termo de Consentimento, *checklist* de conformidade, comunicação de incidente de segurança e registro de tratamento de dados, facilitando a adequação das empresas à LGPD;
- c) apresentação das oportunidades da LGPD para as PMEs de Itapajé, onde serão explorados os benefícios da LGPD para as empresas, desde o aumento da confiança dos clientes até a otimização dos processos internos;
- d) apresentação dos resultados do estudo, mostrando como a proposta do kit implementação pode ajudar a superar os desafios.
- e) por fim, a conclusão, ressaltando a importância da LGPD para as PMEs de Itapajé.

Ao abordar os desafios e oportunidades da LGPD de forma abrangente e propositiva, este estudo espera contribuir para a efetiva adequação das PMEs do comércio de Itapajé à lei, promovendo a cultura de proteção de dados, a segurança das informações e o crescimento sustentável dos negócios.

O restante do trabalho será dividido em duas partes principais: a apresentação das ferramentas que compõem o kit e a descrição detalhada de cada uma delas. Na primeira parte, destacaremos as principais ferramentas e documentos que auxiliam as empresas na adequação à LGPD, enfatizando sua relevância para garantir a conformidade legal. Na segunda parte, explicaremos como cada ferramenta contribui para a implementação das práticas de proteção de dados, facilitando a adaptação às exigências da lei e promovendo uma cultura de privacidade dentro das organizações. O objetivo é oferecer um suporte prático e eficaz para que as empresas possam cumprir suas obrigações legais de forma eficiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção tem como objetivo apresentar os principais conceitos e teorias que embasam o desenvolvimento deste trabalho, abordando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a proteção de dados no contexto das pequenas e médias empresas (PMEs) e os desafios e oportunidades da implementação da LGPD nas PMEs do comércio de Itapajé.

2.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei nº 13.709/2018, representa um marco histórico na defesa da privacidade e na segurança das informações no Brasil. A lei estabelece princípios, direitos e deveres relacionados à coleta, armazenamento, tratamento e uso de dados pessoais, visando garantir a proteção da vida privada, a liberdade individual e o pleno exercício dos direitos dos titulares dos dados. (BRASIL, 2018b).

2.1.1 Princípios da LGPD

A LGPD fundamenta-se em 10 princípios que norteiam a proteção de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei nº 13.709/2018. Estes princípios são:

- a) adequação: Os dados pessoais devem ser coletados, armazenados e tratados de forma legal, legítima e adequada, de acordo com as finalidades determinadas e com o consentimento livre, expresso e informado do titular;
- b) finalidade: Os dados pessoais devem ser coletados para finalidades específicas, explícitas e inequívocas;
- c) necessidade: A coleta e o tratamento de dados pessoais devem ser limitados ao mínimo necessário para o alcance das finalidades previstas;
- d) não discriminação: O tratamento de dados pessoais deve evitar discriminações de qualquer natureza;
- e) qualidade dos dados: Os dados pessoais devem ser precisos, atualizados e relevantes para as finalidades para as quais foram coletados;
- f) transparência: As informações sobre a coleta, o armazenamento, o tratamento e o uso de dados pessoais devem ser claras, precisas e facilmente acessíveis aos titulares;
- g) segurança: Os dados pessoais devem ser protegidos por medidas técnicas e orga-

- nizativas adequadas contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação indevida ou qualquer outra forma de tratamento ilícito ou ilegítimo;
- h) prevenção: As medidas de proteção de dados pessoais devem ser adotadas desde a fase de concepção do tratamento;
 - i) livre acesso: A lei garante que como titular dos dados, tenha o direito de saber, de forma simples e sem custos, como dados estão sendo tratados;
 - j) responsabilização e prestação de contas: Exige que as empresas demonstrem que estão tomando medidas eficazes para proteger os dados pessoais.

2.1.2 Normas e Diretrizes

A LGPD estabelece normas e diretrizes específicas para o tratamento de dados pessoais, abrangendo uma série de obrigações para as empresas, incluindo pequenas e médias empresas (PMEs). Entre as principais normas e diretrizes, destacam-se:

- a) consentimento: A coleta e o tratamento de dados pessoais devem ser realizados com o consentimento explícito do titular, salvo exceções previstas na lei;
- b) direitos dos titulares: Os titulares dos dados têm direitos assegurados, como acesso, correção, exclusão e portabilidade de seus dados;
- c) controlador e operador: Define-se como controlador a pessoa física ou jurídica que decide sobre o tratamento dos dados e como operador quem realiza o tratamento em nome do controlador;
- d) encarregado de proteção de dados: As empresas devem designar um encarregado (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- e) relatórios de impacto: Empresas devem elaborar relatórios de impacto à proteção de dados pessoais em situações específicas, avaliando os riscos e as medidas de mitigação adotadas.

2.1.3 Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

A LGPD assegura aos titulares dos dados pessoais uma série de direitos que visam proporcionar maior controle e transparência sobre o tratamento de suas informações. Esses direitos são fundamentais para garantir que os indivíduos possam gerenciar como seus dados são utilizados e protegidos. Entre os direitos assegurados pela lei, destacam-se:

- a) direito de acesso: O titular tem o direito de obter a confirmação de que seus dados pessoais estão sendo tratados e de acessar as informações sobre o tratamento;
- b) direito de retificação: O titular tem o direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que estejam incorretos ou incompletos;
- c) direito de eliminação: O titular tem o direito de solicitar a exclusão dos seus dados pessoais quando não houver fundamento legal para o seu tratamento;
- d) direito à portabilidade: O titular tem o direito de receber seus dados pessoais em formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e de transmiti-los a outro controlador, quando tecnicamente possível;
- e) direito de oposição: O titular tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais em determinadas situações.

2.2 A Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de Janeiro de 2022

No contexto das PMEs, a RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2022, também conhecida como Regulamento da LGPD para Empresas de Pequeno Porte, assume um papel fundamental na facilitação da adequação à lei (ANPD, 2022). Essa resolução estabelece um conjunto de requisitos simplificados e específicos para empresas que se enquadram no porte de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme definido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (BRASIL, 2018a). Os principais benefícios da RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 2 para as PMEs incluem:

- a) redução da carga burocrática: A resolução simplifica os requisitos de adequação à LGPD, diminuindo a quantidade de documentos e procedimentos necessários para a conformidade com a lei.
- b) flexibilidade: A resolução permite que as empresas adaptem os requisitos de adequação à sua realidade específica, considerando o seu porte, recursos e modelo de negócio.
- c) foco na efetividade: A resolução prioriza a implementação de medidas práticas e eficazes para a proteção dos dados pessoais, em vez da mera formalidade documental.
- d) orientação clara: A resolução fornece orientações claras e acessíveis sobre como as empresas de pequeno porte podem se adequar à LGPD.

A RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 2 representa um importante instrumento para pro-

mover a democratização da proteção de dados no Brasil, tornando a LGPD mais acessível e aderente à realidade das PMEs, especialmente no comércio de Itapajé.

2.3 A Proteção de Dados no Comércio de Itapajé

O comércio de Itapajé, assim como o de outras cidades brasileiras, é composto majoritariamente por PMEs (CONTABEIS, 2023). Essas empresas geralmente coletam e tratam dados pessoais de clientes para diversas finalidades, tais como vendas, cadastro de fidelidade, marketing e atendimento ao cliente. A implementação da LGPD no comércio de Itapajé é fundamental para garantir a proteção dos dados pessoais dos consumidores e para promover a adequação das PMEs à legislação vigente.

2.3.1 Especificidades do Comércio de Itapajé:

Para uma análise mais aprofundada, é importante considerar as especificidades do comércio de Itapajé. Alguns fatores que podem ser levados em conta incluem:

- a) tamanho médio das empresas do setor;
- b) tipo de dados pessoais coletados pelas empresas;
- c) nível de conhecimento sobre proteção de dados entre os comerciantes;
- d) disponibilidade de recursos financeiros e técnicos para a implementação da LGPD.

Considerar essas especificidades é fundamental para o desenvolvimento de uma proposta de implementação da LGPD que seja efetiva e acessível às PMEs do comércio de Itapajé.

3 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi projetada para investigar os desafios e oportunidades na implementação da LGPD nas pequenas e médias empresas (PMEs) do comércio de Itapajé. Classificada como uma investigação exploratória e descritiva, essa abordagem é adequada dada a recente promulgação da LGPD e a necessidade de estudos mais aprofundados sobre sua aplicação nas PMEs, especialmente em contextos locais.

A pesquisa se concentrou em Itapajé, no Ceará, uma cidade com uma população de 46.426 habitantes (IBGE, 2022), onde as PMEs do comércio representam um segmento vital da economia local. A escolha deste município como objeto de estudo foi motivada por sua importância no cenário comercial regional e pela possibilidade de aprofundar o entendimento sobre a implementação da LGPD nesse contexto específico. Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas 3 etapas: Pesquisa bibliográfica, coleta de dados, e elaboração da proposta.

3.1 Pesquisa Bibliográfica

Inicialmente, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica com o objetivo de entender o contexto teórico e legal da LGPD, bem como identificar práticas recomendadas para sua implementação em pequenas e médias empresas. Foram consultados livros, artigos acadêmicos, legislações pertinentes, e publicações especializadas em proteção de dados e direito digital. A revisão da literatura proporcionou a base teórica necessária para a construção do questionário e a análise dos dados coletados.

3.2 Coleta de Dados

Os critérios de inclusão e exclusão utilizada nesta pesquisa foram definidos com base na voluntariedade das empresas em participar do processo. Apenas as PMEs que expressaram interesse em responder ao questionário inicial de diagnóstico foram incluídas na estratégia de adequação. As empresas que, por qualquer motivo, optaram por não participar ou não responderam ao questionário foram automaticamente excluídas do processo.

A coleta de dados para este estudo foi realizada através da aplicação de um questionário estruturado, com o objetivo de compreender o atual cenário de tratamento de dados pessoais, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelas empresas em relação à LGPD nas pequenas e médias empresas (PMEs) de Itapajé, encontra-se no Apêndice A.

3.2.1 *Desenvolvimento do Questionário*

O questionário foi cuidadosamente elaborado para cobrir diversos aspectos relacionados à implementação e conformidade com a LGPD. As perguntas foram formuladas de maneira a capturar tanto informações quantitativas quanto qualitativas. O questionário foi dividido em seções específicas, abordando os seguintes tópicos:

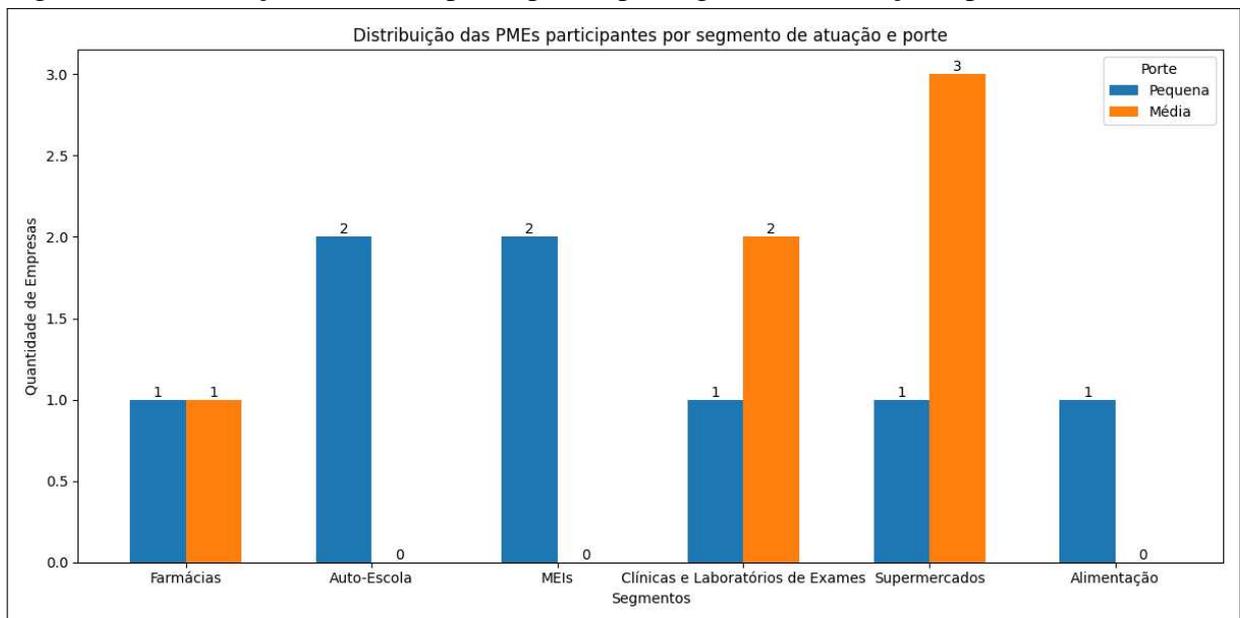
- a) informações gerais:
 - nome da empresa;
 - ramo de atividade;
 - porte da empresa (pequena ou média);
 - tempo de atuação no mercado;
 - número de funcionários.
- b) conhecimento sobre a LGPD:
 - grau de familiaridade com a LGPD e suas disposições;
 - fontes de informação sobre a LGPD (cursos, consultorias, materiais online, etc.).
- c) processos de tratamento de dados:
 - tipos de dados pessoais coletados e processados pela empresa;
 - finalidades do tratamento dos dados pessoais.
- d) desafios enfrentados:
 - principais dificuldades encontradas na implementação da LGPD;
 - obstáculos tecnológicos, financeiros ou de capacitação.
- e) medidas de conformidade:
 - políticas de segurança adotadas;
 - treinamentos realizados com funcionários;
 - designação de encarregado de proteção de dados (DPO);
 - adoção de tecnologias e sistemas para proteção de dados.

Para desvendar a realidade da LGPD nas PMEs de Itapajé, a pesquisa optou por uma amostragem por conveniência, onde as empresas que participaram foram aquelas disponíveis e dispostas a contribuir com o estudo. Essa estratégia foi adotada devido à dificuldade de acesso a um quantitativo exato das empresas, mas ainda permitiu reunir dados relevantes sobre as PMEs do comércio da cidade.

3.2.2 Perfil das PMEs participantes

A amostra foi composta por empresas de diferentes segmentos de atuação e portes, o que permitiu contemplar certa diversidade dentro do universo de PMEs de Itapajé, conforme ilustra a Figura 1. Embora essa abordagem por conveniência não garanta a plena representatividade de todas as realidades existentes, ela reflete a disposição das empresas em participar e oferece uma visão prática das especificidades do cumprimento da LGPD em diversos contextos empresariais.

Figura 1 – Distribuição das PMEs participantes por segmento de atuação e porte



Fonte: Elaborada pelo autor.

3.2.3 Tamanho da Amostra

A definição inicial incluiu a visita a 17 empresas, das quais 14 aceitaram participar efetivamente da pesquisa, respondendo ao questionário. Esse número de participantes representa um equilíbrio entre a precisão dos resultados e a viabilidade da coleta de dados.

O questionário foi aplicado presencialmente nas 17 empresas de pequeno e médio porte do comércio de Itapajé. A escolha pelo método presencial foi estratégica para garantir uma taxa de resposta elevada e proporcionar um esclarecimento imediato de dúvidas, o que aumentou a precisão e a qualidade das respostas. Em cada uma das empresas participantes, o questionário foi respondido por um responsável com conhecimento sobre as práticas de tratamento de dados da organização.

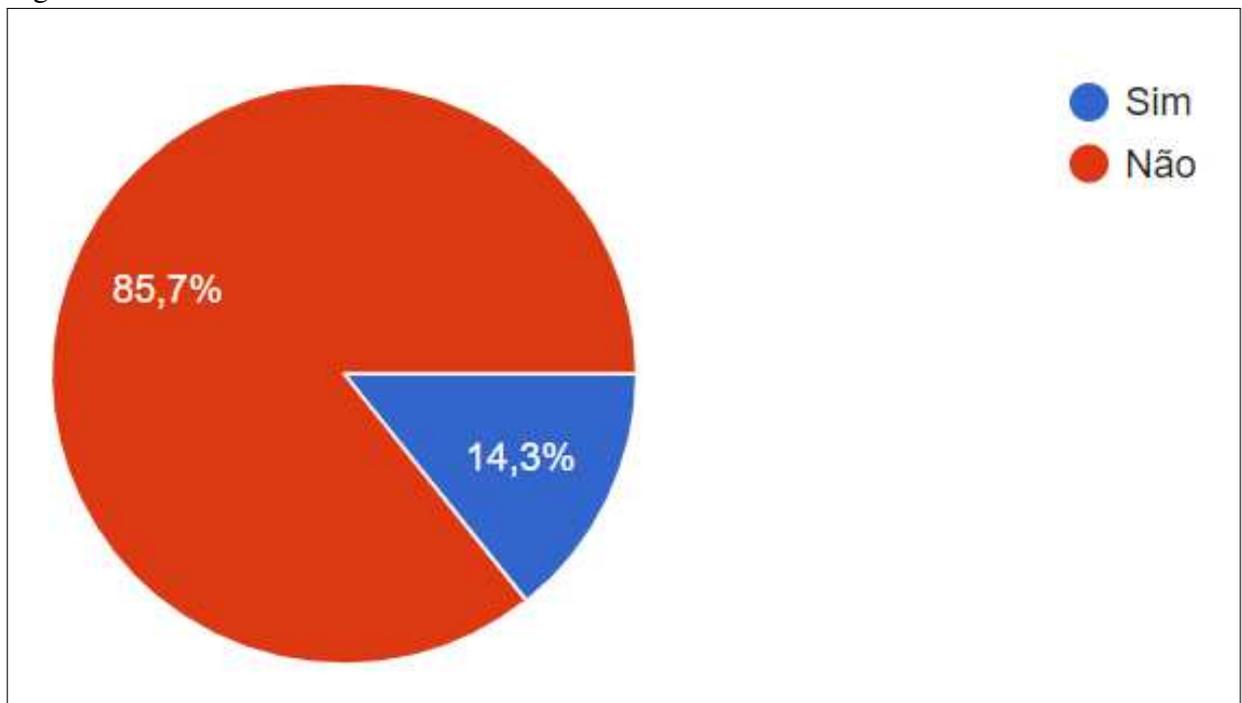
4 RESULTADOS

O presente trabalho analisou as respostas de um questionário aplicado a PMEs do setor de comércio em Itapajé-CE que considera os aspectos da LGPD. O objetivo era compreender o nível de conhecimento, as práticas de proteção de dados e os desafios enfrentados pelas empresas na implementação da lei. A análise combinou dados quantitativos e qualitativos, incluindo respostas fechadas e abertas, bem como citações dos participantes.

4.1 Conhecimento da LGPD

No atual cenário empresarial, a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem se tornado um tema de crescente importância, especialmente entre as pequenas e médias empresas (PMEs). No entanto, a realidade das PMEs em relação ao conhecimento e à aplicação da LGPD revela um panorama desafiador. Conforme apontado na Figura 2, apenas 14,3% das PMEs entrevistadas afirmaram estar cientes da existência e das implicações da LGPD.

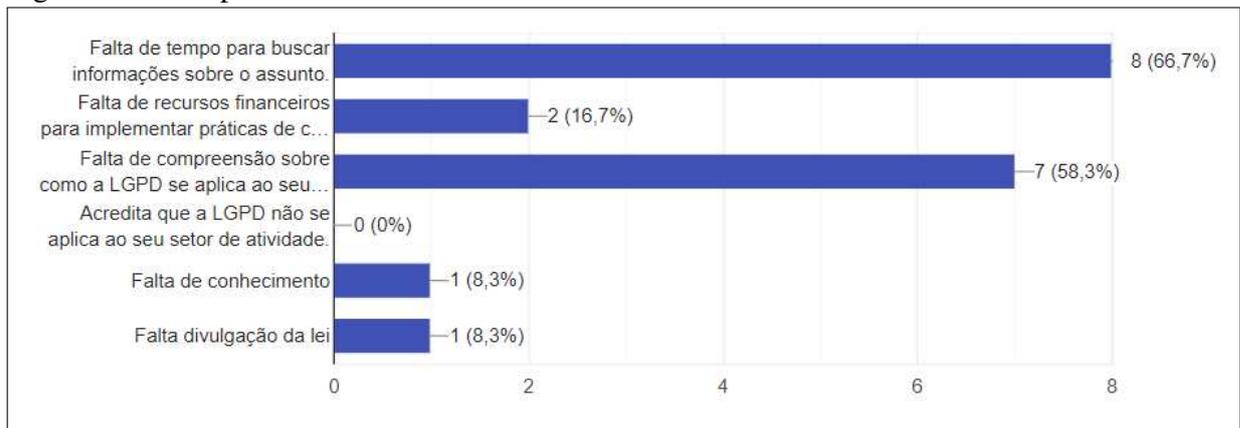
Figura 2 – Conhecimento sobre a LGPD



Fonte: Elaborada pelo autor.

A baixa conscientização sobre a LGPD entre as PMEs pode ser explicada por uma série de desafios, conforme ilustrado na Figura 3. Esses desafios variam desde a falta de tempo e recursos para buscar informações adequadas, até a limitada divulgação da lei em canais acessíveis a esse público.

Figura 3 – Principais motivos da falta de conhecimento

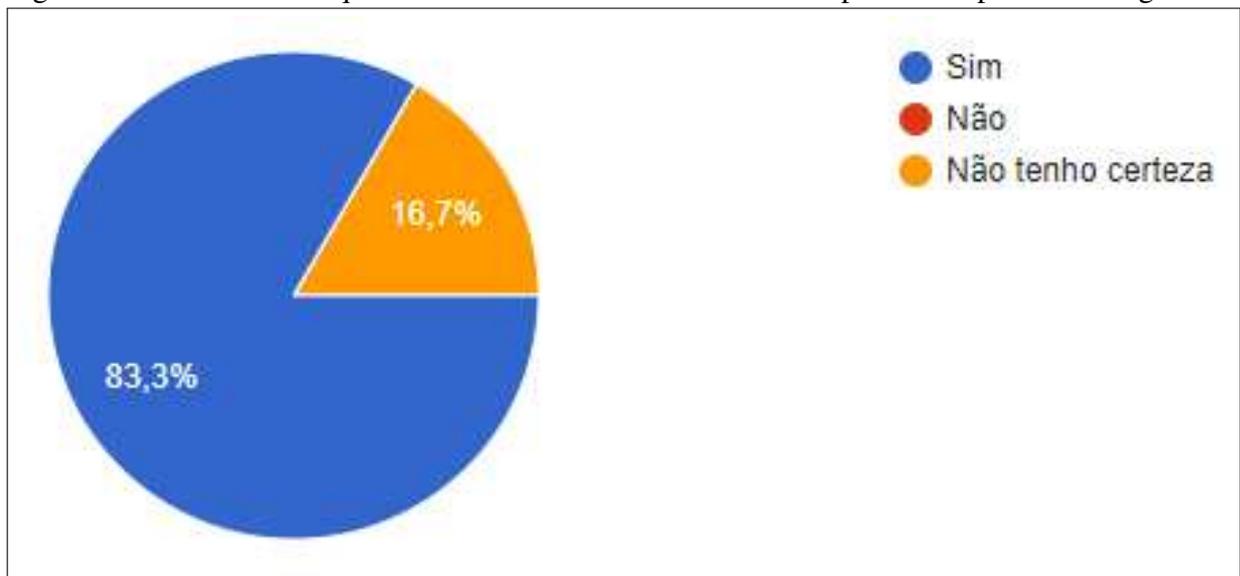


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.2 Prioridade da conformidade com a LGPD

A conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é considerada uma prioridade pela grande maioria das pequenas e médias empresas (PMEs), com 83,3% dessas empresas afirmando que a conformidade é uma preocupação prioritária, na Figura 4.

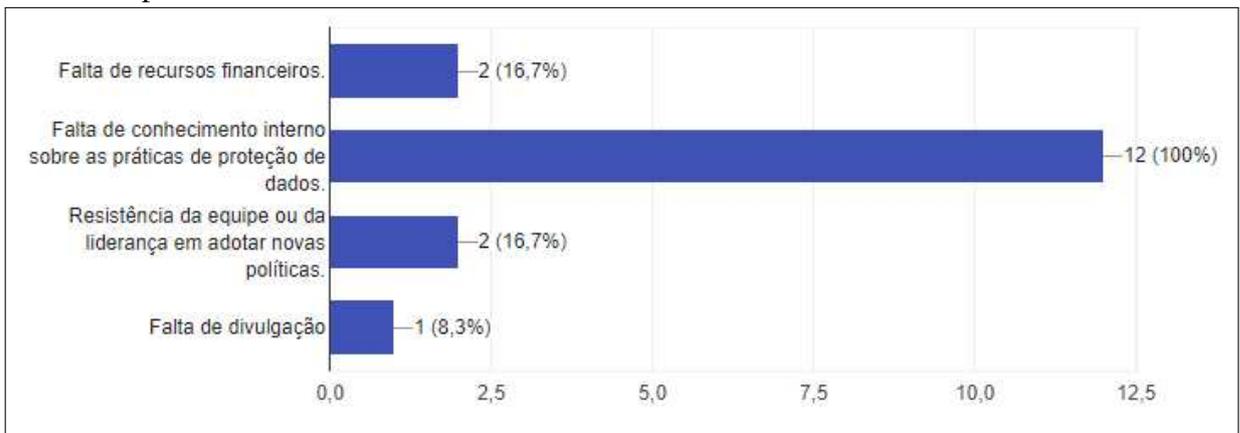
Figura 4 – Você considera que a conformidade com a LGPD é uma prioridade para o seu negócio?



Fonte: Elaborada pelo autor.

O principal desafio mencionado é a falta de conhecimento interno sobre as práticas de proteção de dados. Além disso, a falta de recursos financeiros também é um problema relevante. Esse obstáculo dificulta a alocação de investimentos necessários para a implementação adequada das normas de proteção de dados. Outro desafio importante é a resistência da equipe ou da liderança em adotar novas políticas de conformidade com a LGPD, na figura 5.

Figura 5 – Qual seria o maior desafio para implementar práticas de conformidade com a LGPD em sua empresa?



Fonte: Elaborada pelo autor.

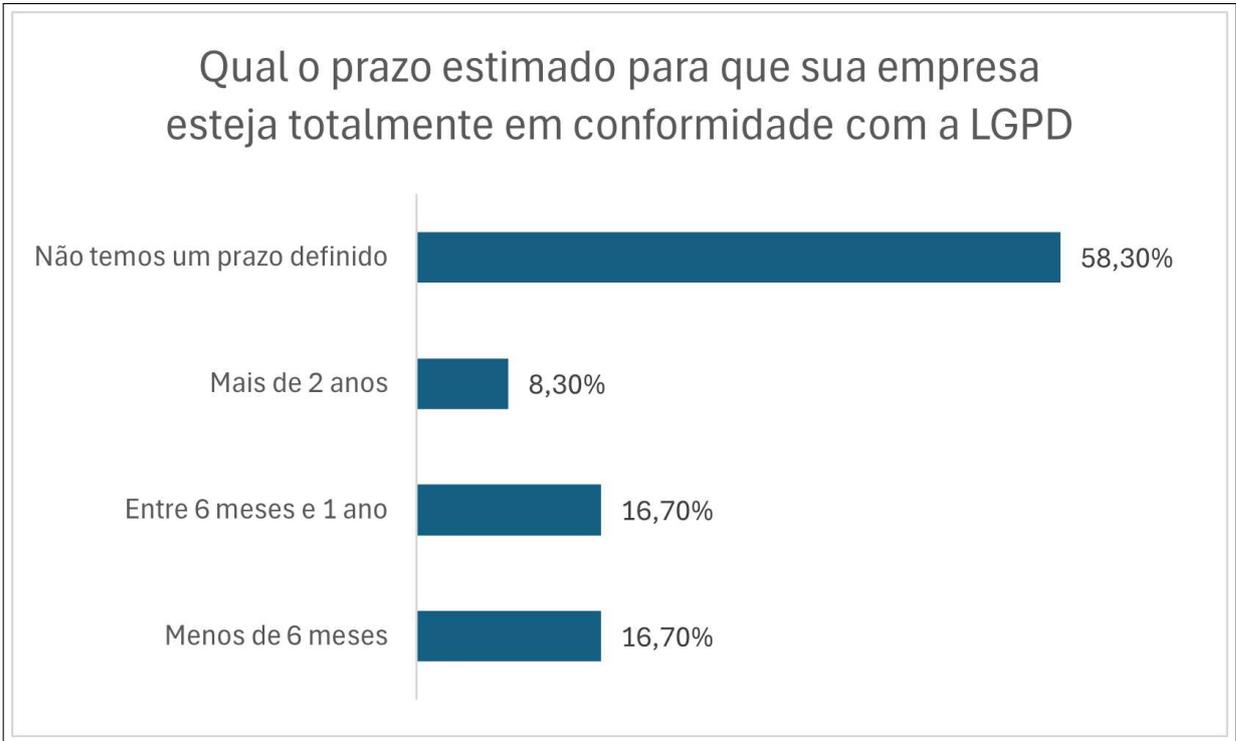
Esses desafios mostram que, embora a conformidade com a LGPD seja uma prioridade para muitas PMEs, há barreiras internas e financeiras que precisam ser superadas para alcançar uma implementação eficaz das políticas de proteção de dados.

4.3 Percepção das PMEs em Relação à Conformidade com a LGPD

O estudo avaliou a percepção das pequenas e médias empresas (PMEs) sobre o impacto do não cumprimento da LGPD, destacando a importância da conformidade para evitar impactos negativos. A maioria das empresas (83,5%) acredita que o descumprimento da LGPD pode trazer consequências adversas para seus negócios.

Em relação ao prazo para alcançar a conformidade, muitas empresas ainda não definiram um cronograma claro. Mais da metade das PMEs (58,3%) não possui um prazo definido, enquanto 33,4% planejam atingir a conformidade em um período de 6 meses a 1 ano, e os outros 8,3% estimam um prazo entre 1 e 2 anos, figura 6.

Figura 6 – Qual o prazo estimado para que sua empresa esteja totalmente em conformidade com a LGPD



Fonte: Elaborada pelo autor.

A gestão da conformidade ainda é um desafio, com somente 12,5% das empresas tendo um profissional dedicado à gestão da conformidade com a LGPD. Além disso, apenas 25% das empresas possuem um canal de comunicação específico para tratar dúvidas relacionadas à LGPD (ANPD, 2024).

4.4 Análise qualitativa sobre a Conformidade das PMEs com a LGPD

A maioria das PMEs entrevistadas reconhece a importância da conformidade principalmente para evitar multas e penalidades, sem perceber claramente outros benefícios potenciais, como a melhoria na gestão de dados e o aumento da confiança dos clientes.

As principais dificuldades enfrentadas na adequação à LGPD incluem a falta de conhecimento sobre como implementar práticas de proteção de dados. Muitas empresas sentem-se desorientadas sobre os passos necessários para se adequarem às exigências da lei. Além disso, a falta de recursos financeiros é apontada como uma barreira significativa, dificultando a contratação de consultorias especializadas ou a aquisição de ferramentas necessárias para a conformidade. A resistência da equipe ou da liderança em adotar novas políticas de proteção de dados também é um desafio recorrente, refletindo uma necessidade de mudança cultural.

Apesar dessas dificuldades, as PMEs demonstram expectativas positivas em relação ao futuro da proteção de dados. Há um grande interesse em receber mais informações e recursos educacionais que possam ajudá-las a entender melhor a LGPD e como sua implementação pode impactar positivamente os negócios.

O estudo revelou um baixo nível de conhecimento sobre a LGPD entre as PMEs de Itapajé. Apesar de reconhecerem a importância da conformidade, as empresas enfrentam desafios significativos na implementação da lei, principalmente relacionados à falta de conhecimento interno, recursos financeiros e resistência à mudança. A análise destacou a necessidade de ações eficazes de educação e apoio para que as PMEs consigam se adequar à LGPD e aproveitar os benefícios da proteção de dados.

4.4.1 Proposta de implementação

A pesquisa realizada entre as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) do comércio de Itapajé revelou um interesse significativo em obter mais informações e recursos educativos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). De fato, grande maioria das PMEs expressaram a necessidade de orientação adicional sobre a LGPD, destacando uma conscientização crescente sobre a importância de se adaptar às exigências legais para a proteção de dados pessoais.

Este resultado sublinha a preocupação das PMEs em conformar-se com a LGPD, reconhecendo os benefícios de proteger os dados pessoais de seus clientes e evitando penalidades por não conformidade. Em resposta a esta demanda, foi desenvolvido um *kit* de documentos específico para apoiar essas empresas em sua jornada de adequação à LGPD, como consta nos Apêndices B, C, D, E e no Anexo A.

O *kit* de documentos inclui 12 documentos práticos para facilitar a implementação da LGPD. Os principais artefatos produzidos incluem um checklist de conformidade, um guia voltado para PMEs e um modelo para comunicação e solicitação de consentimento de dados, conforme apresentados a seguir:

- a) checklist de conformidade à LGPD: Foi desenvolvido para servir como uma ferramenta prática que auxilia as empresas a identificarem os principais requisitos da LGPD e verificarem se estão em conformidade, conforme descrito no Apêndice B;
- b) guia de conformidade para PMEs: Este guia foi criado com o objetivo de simplificar a compreensão da LGPD para pequenas e médias empresas, oferecendo uma

abordagem prática e acessível para implementar os requisitos legais, conforme indicado no Apêndice C;

- c) modelo de canal de comunicação e solicitação de consentimento: Este artefato consiste em um modelo pronto para ser utilizado pelas empresas como canal de comunicação com os titulares de dados. Ele inclui uma estrutura clara para que as empresas solicitem o consentimento de forma transparente e adequada, conforme as exigências da LGPD, descrito nos Apêndices D e E.

O "Guia de Conformidade LGPD - Pequenas e Médias Empresas" serve como um recurso vital para as PMEs do comércio de Itapajé, facilitando a compreensão e a implementação dos requisitos da LGPD. Este guia, juntamente com o *kit* de documentos, não apenas responde à necessidade urgente das empresas de se adaptarem às novas exigências legais, mas também fortalece a cultura de proteção de dados na região, promovendo um ambiente de negócios mais seguro e confiável.

5 CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

O presente estudo revelou um cenário preocupante quanto ao nível de conhecimento e conformidade das PMEs de Itapajé com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Durante as entrevistas, ficou evidente a dificuldade enfrentada pelos empresários em compreender os requisitos legais e as implicações práticas da lei. Muitos entrevistados demonstraram uma percepção inicial da importância da LGPD para a proteção de dados e a competitividade no mercado, mas a complexidade das exigências e a falta de recursos especializados se apresentaram como barreiras significativas. Os empresários relataram uma sensação de sobrecarga, considerando a LGPD como um desafio difícil de superar, principalmente devido ao custo e ao esforço necessário para adaptar suas operações às novas exigências legais. A adoção da lei é frequentemente vista com preocupação, refletindo o medo de penalidades e a insegurança em relação à sua implementação correta. A ausência de profissionais capacitados e a escassez de informações claras e acessíveis foram mencionadas como fatores que agravam ainda mais essas dificuldades.

Essas barreiras não só atrasam a implementação eficaz da LGPD, como também expõem as empresas a riscos legais e à perda de confiança dos clientes, colocando em risco sua sustentabilidade no mercado. Em resposta a esse cenário, a criação do *kit* de documentos de implementação da LGPD representa um passo significativo para suprir essa lacuna de conhecimento. Este recurso prático visa facilitar a adaptação das empresas às exigências legais, oferecendo orientações claras e acessíveis para a conformidade. Ao promover uma cultura de proteção de dados, esse *kit* tem o potencial de fortalecer a confiança dos consumidores, contribuindo para a longevidade e competitividade das PMEs em um mercado cada vez mais exigente quanto à segurança da informação.

Sendo assim, como trabalhos futuros, propõe-se o desenvolvimento de uma política de tratamento de dados voltada especificamente para PMEs. Essa política deve contemplar o aprimoramento e a atualização contínua do *kit* de documentos de implementação da LGPD, incorporando feedback das empresas que o utilizarem e ajustando-o conforme novas diretrizes legais e tecnológicas. Além disso, é essencial criar programas de capacitação específicos para gestores e funcionários das PMEs, focando na importância da LGPD e nos procedimentos práticos para sua implementação.

REFERÊNCIAS

ANPD. **Resolução CD/ANPD N° 2, de 27 de janeiro**. 2022. Aprova o Regulamento de aplicação da Lei n° 13.709, para agentes de tratamento de pequeno porte. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/regulamentacoes_anpd/resolucao-cd-anpd-no-2-de-27-de-janeiro-de-2022. Acesso em: 18 jun. 2024.

ANPD. **Resolução CD/ANPD n° 15, de 24 de abril**. 2024. Aprova o Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/anpd-n-15-de-24-de-abril-de-2024-556243024>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**. 2018. Brasília, DF: ANPD, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei n.º 13.709**. 2018. Brasília, DF: ANPD, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

CONTABEIS. **PMEs cresceram o dobro do PIB**. 2023. Contabilidade & Finanças, 2023. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/63805/pmes-cresceram-o-dobro-do-pib-de-2023/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

EXPERIAN, S. **Pesquisa: O que os consumidores e as empresas sabem sobre LGPD e o que estão fazendo a respeito?** 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/protecao-de-dados/pesquisa-o-que-os-consumidores-e-as-empresas-sabem-sobre-lgpd-e-o-que-estao-fazendo-a-respeito/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IBGE. **População residente na cidade de Itapajé-CE**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/itapaje.html>. Acesso em 30 mai. 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO GOOGLE FORMS

Este apêndice contém o questionário utilizado para coletar dados sobre a adequação e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entre as pequenas e médias empresas do setor comercial em Itapajé. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de identificar o nível de conformidade das empresas locais com a legislação de proteção de dados e compreender as principais dificuldades e desafios enfrentados por estas empresas.

Questionário sobre LGPD para Pequenas e Médias Empresas de Comércio em Itapajé

Caro(a) Participante,

Agradecemos por dedicar seu tempo para participar desta pesquisa. O objetivo deste questionário é obter informações cruciais sobre as práticas de proteção de dados e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas pequenas e médias empresas locais de Itapajé.

Propósito da Pesquisa:

Este estudo tem como objetivo compreender o atual cenário de tratamento de dados pessoais, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelas empresas em relação à LGPD. Suas respostas serão fundamentais para fornecer insights valiosos que contribuirão para propostas de implementação mais eficazes e direcionadas.

Confidencialidade:

Suas respostas serão tratadas de maneira estritamente confidencial. Os resultados desta pesquisa serão usados apenas para fins acadêmicos e não identificarão especificamente empresas individuais.

Incentivo à Honestidade:

Encorajamos respostas honestas e completas. Não há respostas certas ou erradas; o que buscamos é entender a realidade e os desafios que as empresas enfrentam em relação à proteção de dados em Itapajé.

Tempo Estimado:

Esperamos que o preenchimento deste questionário leve aproximadamente 15min. Sua participação é valiosa, e agradecemos antecipadamente por seu tempo e contribuição.

Contato:

Se tiver alguma dúvida durante o preenchimento ou se precisar de mais informações sobre este estudo, entre em contato <jfjoaofilho@alu.ufc.br>.

[LinkedIn](#)

Agradecemos novamente por sua participação. Vamos começar!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Deseja participar dessa pesquisa: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Informações Gerais

2. Nome da Empresa *

3. Ramo de Atividade *

Marcar apenas uma oval.

- Varejo
- Alimentação
- Serviços Automotivos
- Tecnologia e Eletrônicos
- Construção e Decoração
- Turismo e Hospedagem
- Educação
- Serviços Financeiros
- Imobiliária
- Saúde
- Outro: _____

4. Porte da Empresa *

Marcar apenas uma oval.

- Pequena
- Média

5. Tempo de Atuação no Mercado *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1 ano
- De 2 até 4 anos
- De 3 até 5 anos
- De 6 até 8 anos
- Mais de 8 anos

6. Número de Funcionários *

Marcar apenas uma oval.

- Até 50 funcionários
- De 50 até 100 Funcionários
- De 100 até 150 Funcionários
- Mais de 150 Funcionários

Conhecimento sobre a LGPD

7. Você está ciente da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 14*
- Não *Pular para a pergunta 8*

ALTERNATIVA "NÃO"

8. Se não estiver ciente da LGPD, por favor, indique os motivos: *

Marque todas que se aplicam.

- Falta de tempo para buscar informações sobre o assunto.
- Falta de recursos financeiros para implementar práticas de conformidade.
- Falta de compreensão sobre como a LGPD se aplica ao seu negócio.
- Acredita que a LGPD não se aplica ao seu setor de atividade.
- Outro: _____

9. Você considera que a conformidade com a LGPD é uma prioridade para o seu negócio?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

10. Em sua opinião, qual seria o maior desafio para implementar práticas de conformidade com a LGPD em sua empresa?

Marque todas que se aplicam.

- Falta de recursos financeiros.
- Falta de conhecimento interno sobre as práticas de proteção de dados.
- Resistência da equipe ou da liderança em adotar novas políticas.
- Outro: _____

11. Você acredita que o não cumprimento da LGPD pode resultar em impactos negativos para a sua empresa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

12. Qual o prazo estimado para que sua empresa esteja totalmente em conformidade com a LGPD:

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Mais de 2 anos
- Não temos um prazo definido
- Não sei/não tenho certeza

13. Gostaria de receber informações ou recursos educativos sobre a LGPD para entender melhor como ela pode impactar positivamente o seu negócio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

Pular para a pergunta 26

ALTERNATIVA "SIM"

14. Há quanto tempo sua empresa está ciente da LGPD: *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Mais 2 anos
- Não sei

15. Você participou de algum treinamento ou programa de conscientização sobre a LGPD? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica

16. Como você se mantém atualizado(a) sobre as mudanças na legislação relacionada à LGPD?

Marcar apenas uma oval.

- Participação em treinamentos regulares
- Leitura de material informativo
- Envolvimento em reuniões internas sobre conformidade
- Não se aplica
- Outro: _____

17. Sua empresa estar totalmente em conformidade com a LGPD: *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

18. (Se NÃO) Quando percebeu que sua empresa não estava totalmente em conformidade com a LGPD:

Marcar apenas uma oval.

- Recentemente
- Há alguns meses
- Há mais de um ano
- Não percebi que não estamos em conformidade
- Não sei

19. Sua empresa já iniciou algum processo para se adequar à LGPD: *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Estamos avaliando as necessidades

20. (Se SIM) Se já iniciou, quais são principais ações tomadas até agora:

Marque todas que se aplicam.

- Avaliação dos dados pessoais que a empresa coleta e processa
- Implementação de medidas de segurança para proteção de dados
- Treinamento dos funcionários sobre práticas em conformidade
- Atualização das políticas de privacidade
- Contratação de profissionais especializados em LGPD
- Outro: _____

21. (Se NÃO) Qual o prazo estimado para que sua empresa esteja totalmente em conformidade com a LGPD:

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Mais de 2 anos
- Não temos um prazo definido
- Não sei/não tenho certeza

22. Você tem conhecimento sobre os direitos dos titulares de dados conforme estabelecido pela LGPD? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente

23. Sua equipe ou empresa possui um profissional dedicado à gestão da conformidade com a LGPD? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

24. Sua empresa possui um canal de comunicação específico para dúvidas ou preocupações relacionadas à LGPD? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

25. Sua empresa enfrenta ou enfrentou algum desafio específico na busca pela conformidade com a LGPD? Se sim, qual?

Informações de Contato

26. Nome do Respondente *

27. Cargo na Empresa *

28. E-mail de Contato/Telefone *

APÊNDICE B – ARTEFATO 1: CHECKLIST DE CONFORMIDADE

O Checklist de Conformidade à LGPD foi desenvolvido como uma ferramenta prática e acessível, projetada para ajudar as empresas a navegar pelos complexos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Com a crescente importância da proteção de dados pessoais, essa checklist serve como um guia para garantir que as organizações estejam alinhadas com as diretrizes legais e regulatórias.

O principal objetivo do checklist é a identificação clara dos requisitos da LGPD, incluindo a necessidade de consentimento, os direitos dos titulares, a segurança da informação e as responsabilidades dos agentes de tratamento. Por meio de perguntas diretas e orientações práticas, as empresas podem avaliar seu nível de conformidade, identificando áreas que precisam de melhorias ou ajustes. Além disso, o uso do checklist facilita o desenvolvimento de um plano de ação estruturado, permitindo a implementação das políticas e práticas necessárias para a conformidade com a LGPD.

Checklist de Conformidade com a LGPD

Perguntas de Verificação		✓	✗
Política de Privacidade	A empresa possui uma política de privacidade claramente definida e comunicada aos colaboradores e clientes?		
	A empresa possui um programa de treinamento em privacidade de dados para os colaboradores?		
	A empresa possui uma função designada para ser responsável pela conformidade com a LGPD (Data Protection Officer - DPO)?		
	A empresa possui procedimentos estabelecidos para lidar com solicitações dos titulares dos dados, como acesso, retificação e exclusão?		
Consentimento dos Titulares	A empresa possui mecanismos para obter o consentimento explícito dos titulares dos dados para o tratamento de suas informações pessoais?		
	Os consentimentos obtidos são documentados e armazenados de forma segura?		
	A finalidade do tratamento de dados é claramente comunicada aos titulares dos dados?		
	A empresa possui um processo para revogação do consentimento pelos titulares dos dados?		
	A empresa realiza avaliação de impacto à proteção de dados (DPIA) para atividades de tratamento de dados de alto risco?		

Perguntas de Verificação



Segurança de Dados

A empresa possui medidas técnicas e organizacionais para garantir a segurança dos dados pessoais?

A empresa realiza backups regulares dos dados pessoais para evitar perdas?

A empresa possui políticas de controle de acesso que garantem que apenas pessoas autorizadas tenham acesso aos dados pessoais?

A empresa mantém registros das atividades de tratamento de dados realizadas?

Terceiros

A empresa possui cláusulas de proteção de dados pessoais nos contratos com fornecedores e parceiros?

A empresa possui mecanismos de monitoramento e responsabilização de fornecedores e parceiros em relação à proteção de dados pessoais?

Comunicação

A empresa possui um canal de comunicação específico para lidar com solicitações de titulares dos dados?

A empresa fornece informações claras e transparentes sobre suas práticas de privacidade de dados aos titulares dos dados?

A empresa possui uma política de retenção de dados que estabelece prazos para a eliminação de dados pessoais quando não forem mais necessários?

APÊNDICE C – ARTEFATO 2: GUIA DE CONFORMIDADE

O Guia de Conformidade para PMEs foi criado com o objetivo de simplificar a compreensão da LGPD para pequenas e médias empresas. Reconhecendo que muitas PMEs enfrentam desafios únicos ao tentar se adaptar a normas complexas, este guia oferece uma abordagem prática e acessível para implementar os requisitos legais de forma eficaz. O guia apresenta os principais conceitos e exigências da LGPD de maneira clara e direta, permitindo que os gestores entendam facilmente suas obrigações. Ele é estruturado para ajudar as PMEs a desenvolverem estratégias que se adequem ao seu tamanho e capacidade, promovendo a conformidade sem a necessidade de recursos excessivos.

Pense na
Segurança



GUIA DE CONFORMIDADE LGPD

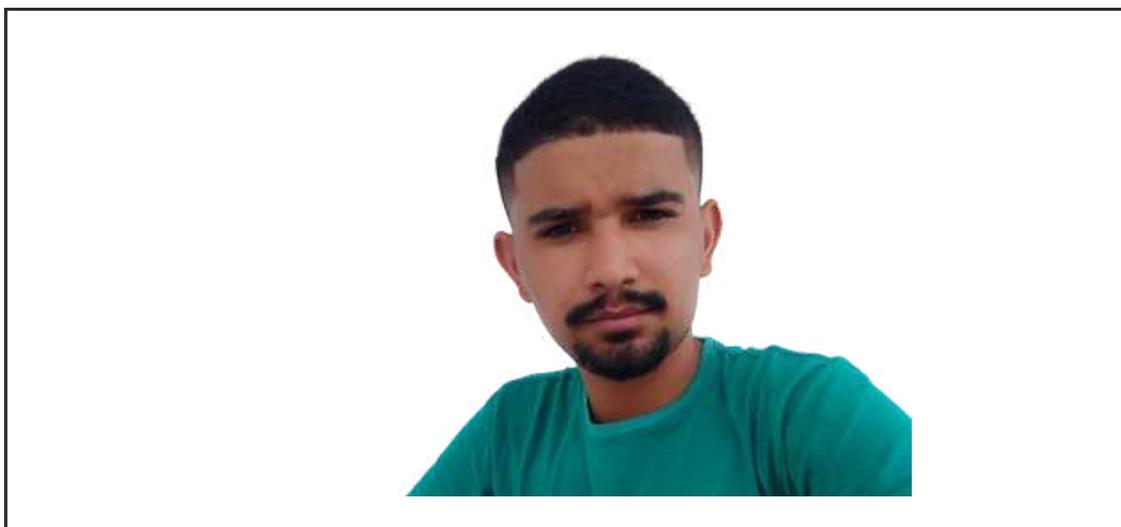
PEQUENAS
E
MÉDIAS
EMPRESAS



SUMÁRIO

<u>Introdução à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)</u>	04
<u>Capítulo I</u> <u>Abrangência da LGPD para Pequenas e Médias Empresas (PMEs)</u>	05
<u>Capítulo II</u> <u>6 Passos para Conformidade</u>	07
<u>Capítulo III</u> <u>Boas Práticas para PMEs</u>	10
<u>Capítulo IV</u> <u>Consequências da Não Conformidade</u>	12
<u>Capítulo V</u> <u>Casos de Sucesso da LGPD</u>	14
<u>Considerações Finais</u>	15
<u>Glossário da LGPD</u>	16

SOBRE O AUTOR



João Filho

Como estudante do curso tecnólogo em Segurança da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Campus de Itapajé, minha paixão pelo mundo tecnológico sempre foi evidente. Movido pela curiosidade e pela busca constante pela atualização, ingressei no curso com o objetivo de adquirir conhecimento sólido nesta área em constante evolução. Neste contexto, meu interesse pelo tema da minha monografia de conclusão de curso se direcionou para os DESAFIOS E OPORTUNIDADES: IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO COMÉRCIO DE ITAPAJÉ, a escolha desse tema se justifica pela importância atual da LGPD, pelo seu impacto nas empresas, especialmente nas PMEs, e pela oportunidade de contribuir com conhecimento prático e aplicável ao ambiente empresarial local.

@jf_joaofilho

INTRODUÇÃO À LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)



O que é a LGPD e sua importância para as empresas

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)¹, promulgada no Brasil em 2018 e em vigor desde setembro de 2020, é uma legislação abrangente que estabelece regras sobre o tratamento de dados pessoais por empresas e organizações. Sua importância para as empresas reside na proteção dos direitos dos titulares dos dados, garantindo maior transparência, segurança e controle sobre o uso de suas informações pessoais.

Objetivos

- Promover a privacidade e a proteção de dados pessoais, estabelecendo diretrizes claras para a coleta, uso, armazenamento e compartilhamento dessas informações;
- Busca harmonizar as práticas de tratamento de dados no país, fortalecendo a confiança dos consumidores e incentivando a inovação responsável.

Princípios Fundamentais da LGPD

A LGPD é fundamentada em princípios-chave, como o princípio da **finalidade**, que determina que o tratamento de dados deve ser realizado para propósitos legítimos, específicos e informados aos titulares dos dados. Outros princípios incluem a **necessidade, proporcionalidade, transparência, responsabilidade e prestação de contas**, que orientam as empresas a adotarem medidas adequadas para garantir a proteção dos dados pessoais em conformidade com a lei.

CAPÍTULO I

ABRANGÊNCIA DA LGPD PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES)²

Como a LGPD se aplica às PMEs:

A LGPD se aplica a todas as empresas, independentemente do porte, que realizam o tratamento de dados pessoais. Isso significa que as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) também estão sujeitas às disposições da lei. As PMEs devem seguir os mesmos princípios e diretrizes estabelecidos pela LGPD em relação à coleta, uso, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais de clientes, funcionários e outros indivíduos.

Empresa Exemplo: Beleza Natural Online



A Beleza Natural Online é uma PME que vende uma variedade de produtos de beleza, como cosméticos, produtos para cuidados com a pele e cabelo, através de sua loja virtual. Vamos explorar como a LGPD se aplica a algumas atividades dessa empresa

1. COLETA DE DADOS DE CLIENTES:

Maria acessa o site da Beleza Natural Online para comprar um creme hidratante. Ao fazer sua compra, ela precisa fornecer informações como nome, endereço de entrega e detalhes de pagamento. A empresa coleta esses dados para processar o pedido de Maria.

Seguindo a LGPD, a Beleza Natural Online deve obter o consentimento de Maria para coletar e usar seus dados pessoais apenas para fins relacionados à compra e entrega do produto. Além disso, a empresa deve garantir a segurança dos dados de Maria para evitar qualquer tipo de vazamento ou acesso não autorizado.

2. MARKETING DIGITAL:

A Beleza Natural Online também utiliza estratégias de marketing digital para promover seus produtos.

Eles enviam e-mails promocionais e anúncios segmentados para clientes cadastrados em sua lista de contatos. De acordo com a LGPD, a empresa deve garantir que os clientes tenham a opção de optar por não receber comunicações de marketing e que os dados dos clientes sejam usados apenas para os fins consentidos por eles.

3. GESTÃO DE RECURSOS

HUMANOS:

A Beleza Natural Online emprega uma equipe de funcionários para gerenciar o atendimento ao cliente, processar pedidos e realizar a manutenção do site.

A empresa coleta dados pessoais dos funcionários, como CPF, informações bancárias e dados de contato de emergência. De acordo com a LGPD, a empresa deve garantir que os dados dos funcionários sejam tratados de forma segura e confidencial, seguindo os princípios de finalidade, necessidade e transparência.



Este exemplo ilustra como a LGPD se aplica às atividades da Beleza Natural Online, uma pequena empresa de comércio eletrônico, destacando a importância da conformidade com a legislação para proteger os dados pessoais dos clientes e funcionários.



6 PASSOS PARA CONFORMIDADE



1

Compreensão do negócio

2

**Conhecimento e
compreensão da lei**

3

**Entendimento dos dados
coletados**

4

Mapeamento dos dados





5

Elaboração da política de privacidade

6

Nomeação do encarregado (DPO)

Explicação do passo a passo

- 1.** O passo envolve uma análise profunda das operações, objetivos e processos da empresa. A **Compreensão do negócio** é crucial para identificar como os dados pessoais são coletados, processados e utilizados ao longo das atividades da organização.
- 2.** O **Conhecimento e compreensão da lei**, implica em estudar e entender os requisitos e princípios da LGPD, isso inclui reconhecer os direitos dos titulares dos dados, as responsabilidades da empresa, e as penalidades por não conformidade.

CAPÍTULO II (6 PASSOS PARA CONFORMIDADE)

- 3.** O **Entendimento dos Dados Coletados**, examinar quais tipos de dados pessoais são coletados pela empresa. Isso inclui dados de clientes, funcionários e outros stakeholders.
- 4.** O passo de **Mapeamento dos Dados**, consiste em visualizar e documentar o ciclo de vida dos dados pessoais coletados na organização. É necessário identificar os pontos de coletas, processamento, armazenamento e compartilhamento de dados.
- 5.** A **Elaboração da política de privacidade**, é um passo em que a empresa deve comunicar aos titulares dos dados como seus dados serão usados, garantindo que a coleta e o processamento estejam alinhados com a legislação e que o consentimento seja obtido de maneira adequada.
- 6.** A LGPD exige a **Nomeação do Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** em determinados casos. O DPO é responsável por assegurar a conformidade com a LGPD, atuando como ponto de contato entre a empresa, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

§ 1º O agente de tratamento de pequeno porte que não indicar um encarregado deve disponibilizar um canal de comunicação com o titular de dados para atender o disposto no art. 41, § 2º, I da LGPD.



Segundo a Resolução CD/ANPD nº 02/2022: Os agentes de tratamento de pequeno porte não são obrigados a indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais exigido no art. 41 da LGPD.

CAPÍTULO III

BOAS PRÁTICAS PARA PMES

Neste capítulo, abordamos as melhores práticas que as empresas podem adotar para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e protegerem eficazmente os dados pessoais de seus clientes. Com o objetivo de garantir a conformidade legal, promover a privacidade dos clientes e fortalecer a confiança no mercado, estas diretrizes foram cuidadosamente elaboradas para orientar as organizações em suas iniciativas de proteção de dados.

1. Conscientização e Treinamento

Garanta que todos os funcionários estejam cientes da importância da proteção de dados e entendam suas responsabilidades conforme estabelecido pela LGPD. Ofereça treinamento regular sobre políticas de privacidade, procedimentos de segurança e como lidar com informações pessoais.



2. Consentimento Transparente

Certifique-se de obter o consentimento explícito dos clientes antes de coletar, processar ou armazenar seus dados pessoais. Forneça informações claras e acessíveis sobre como os dados serão utilizados e com quem serão compartilhados.

3. Segurança de Dados

Implemente medidas de segurança robustas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos ou ataques cibernéticos. Isso pode incluir criptografia de dados, firewalls, autenticação de dois fatores e políticas de acesso restrito.



4. Política de Retenção de Dados

Estabeleça uma política clara de retenção de dados que determine por quanto tempo os dados pessoais serão armazenados e quando serão excluídos de acordo com as necessidades comerciais e requisitos legais.

5. Avaliação de Impacto de Privacidade (AIP)

Realize avaliações de impacto de privacidade sempre que planejar novas atividades de processamento de dados que possam representar riscos à privacidade dos indivíduos. Isso ajudará a identificar e mitigar possíveis riscos antes que ocorram.



CAPÍTULO IV

CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONFORMIDADE

Neste capítulo, exploraremos as sérias consequências que as empresas podem enfrentar caso não estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A LGPD estabelece diretrizes rigorosas para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais, e o não cumprimento dessas diretrizes pode resultar em penalidades severas, danos à reputação e perda de confiança dos clientes.

I. Penalidades Financeiras:

Uma das principais consequências da não conformidade à LGPD são as multas financeiras. As empresas que não cumprem as disposições da LGPD podem enfrentar multas que variam de 2% do faturamento anual da empresa até um limite máximo de R\$ 50 milhões por infração. Essas multas podem ter um impacto significativo no resultado financeiro da empresa e, em casos extremos, podem até mesmo levar à falência.

II. Danos à Reputação:

A não conformidade à LGPD pode resultar em danos significativos à reputação da empresa. A percepção pública de uma empresa que não protege adequadamente os dados pessoais de seus clientes pode ser negativamente afetada, levando a uma diminuição da confiança dos clientes e parceiros comerciais. Isso pode resultar em uma perda de clientes existentes e uma dificuldade em atrair novos clientes.

III. Processos Legais e Ações Judiciais:

As empresas que não cumprem a LGPD estão sujeitas a processos legais e ações judiciais por parte dos titulares dos dados afetados. Os titulares dos dados têm o direito de buscar compensação por danos materiais e morais causados pela violação de seus direitos de privacidade.

IV. Perda de Oportunidades de Negócios:

A não conformidade à LGPD pode levar à perda de oportunidades de negócios. Muitas empresas exigem que seus parceiros comerciais e fornecedores estejam em conformidade com a LGPD antes de estabelecerem relações comerciais. Portanto, a falta de conformidade pode resultar na exclusão de oportunidades de parceria e colaboração, limitando o crescimento e a expansão da empresa.

Tabela Exemplificando as Consequências da Não Conformidade à LGPD:

Penalidades Financeiras	Multas que variam de 2% do faturamento anual da empresa até um limite máximo de R\$ 50 milhões por infração.
Danos à Reputação	Diminuição da confiança dos clientes e parceiros comerciais, resultando em perda de clientes e dificuldade em atrair novos clientes.
Processos Legais	Ações judiciais por parte dos titulares dos dados afetados, resultando em custos legais significativos e possíveis danos financeiros e à reputação da empresa.
Perda de Oportunidades	Exclusão de oportunidades de parceria e colaboração devido à exigência de conformidade com a LGPD por parte de muitas empresas antes de estabelecerem relações comerciais.

CAPÍTULO V

CASOS DE SUCESSO DA LGPD (EMPRESAS QUE SE DESTACARAM NA ADEQUAÇÃO À LEI)

FARMÁCIAS PAGUE MENOS



A REDE DE FARMÁCIAS PAGUE MENOS SE PREOCUPOU EM GARANTIR A PRIVACIDADE DE SEUS CLIENTES DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LGPD. A EMPRESA INVESTIU EM UM SISTEMA DE GESTÃO ESPECÍFICO PARA A LEI, MAPEOU TODOS OS SEUS DADOS PESSOAIS, DEFINIU POLÍTICAS DE TRATAMENTO E TREINOUS SEUS COLABORADORES.

CLARO

A EMPRESA ADOTOU DIVERSAS MEDIDAS PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS DADOS DE SEUS CLIENTES, COMO A CRIAÇÃO DE UM COMITÊ DE PROTEÇÃO DE DADOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS DE CONTROLE DE ACESSO E A REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS PARA OS COLABORADORES.



MAGAZINE LUIZA



O MAGAZINE LUIZA, UM DOS MAIORES VAREJISTAS ONLINE DO BRASIL, TAMBÉM SE DESTACOU NA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD. A EMPRESA CRIOU UM CANAL ESPECÍFICO PARA QUE OS CLIENTES POSSAM EXERCER SEUS DIREITOS RELACIONADOS À LEI, COMO O DIREITO DE ACESSO AOS SEUS DADOS E O DIREITO DE SOLICITAR A EXCLUSÃO DOS SEUS DADOS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste E-book, exploramos os diversos aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seu impacto nas pequenas e médias empresas (PMEs). Desde uma introdução aos princípios fundamentais da LGPD até as implicações da não conformidade, nosso objetivo foi fornecer um guia abrangente para auxiliar as PMEs na compreensão e implementação eficaz dessa legislação crucial.

Começamos nossa jornada com uma visão geral da LGPD e sua importância para as PMEs, destacando a necessidade de proteger os dados pessoais dos clientes e fortalecer a confiança no mercado. Em seguida, exploramos a abrangência da LGPD para as PMEs, destacando os requisitos e responsabilidades específicas impostas às empresas de menor porte.

Apresentamos também um roteiro prático em seis passos para ajudar as PMEs a alcançarem a conformidade com a LGPD, desde a Compreensão do negócio até a Nomeação do encarregado dos dados (DPO).

Além disso, discutimos as boas práticas que as empresas podem adotar para proteger os dados pessoais de seus clientes, incluindo o estabelecimento de políticas claras, a implementação de medidas de segurança robustas e o respeito aos direitos dos titulares dos dados.

Finalmente, examinamos as consequências graves que as PMEs podem enfrentar caso não estejam em conformidade com a LGPD, incluindo multas financeiras pesadas, danos à reputação e processos legais.

Em última análise, a conformidade com a LGPD não é apenas uma obrigação legal, mas também uma oportunidade para as PMEs demonstrarem seu compromisso com a privacidade e a proteção dos dados de seus clientes. Ao adotar uma abordagem proativa para implementar as diretrizes da LGPD, as PMEs podem não apenas evitar penalidades, mas também fortalecer a confiança dos clientes.

GLOSSÁRIO DA LGPD

- **Dados Pessoais:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Tratamento de Dados:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Encarregado de Proteção de Dados (DPO):** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **Titular dos Dados:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** Autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal, responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em todo o território nacional.

APÊNDICE D – ARTEFATO 3: MODELO DE COMUNICAÇÃO

O Modelo de Canal de Comunicação é um artefato desenvolvido para servir como um recurso prático que as empresas podem utilizar como canal de comunicação com os titulares de dados. Este modelo é especialmente importante no contexto da LGPD, pois estabelece um meio claro e eficiente para que os titulares exerçam seus direitos e interajam com a empresa em relação ao tratamento de seus dados pessoais. Foi projetado para ser facilmente implementado, oferecendo diretrizes sobre como as empresas devem se comunicar com os titulares de forma transparente e acessível.

CANAL DE COMUNICAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Este canal de comunicação é dedicado a lidar com questões relacionadas à proteção de dados e privacidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Se você tiver dúvidas, preocupações ou solicitações relacionadas aos seus dados pessoais, por favor, entre em contato conosco através deste canal. Estamos aqui para ajudar e garantir que seus direitos de privacidade sejam respeitados.

Opções de Contato:

1. **E-mail:** [privacy@\[seudomínio\].com](mailto:privacy@[seudomínio].com)
2. **Telefone:** [Número de Telefone]
3. **Formulário Online:** [Link para o formulário de contato específico para questões de privacidade]

O que podemos ajudar:

- Fornecer informações sobre como seus dados pessoais são coletados, armazenados, processados e protegidos;
- Responder a solicitações de acesso, retificação, exclusão ou portabilidade de dados;
- Esclarecer nossas práticas de privacidade e política de privacidade;
- Atender a quaisquer preocupações ou perguntas que você possa ter sobre a proteção de dados.

Compromisso com sua Privacidade:

- Seus dados pessoais serão tratados com o máximo de cuidado e respeito;
- Adotamos medidas de segurança adequadas para proteger seus dados contra acesso não autorizado, uso indevido ou divulgação;
- Não compartilharemos seus dados pessoais com terceiros sem o seu consentimento, exceto quando exigido por lei ou por motivos legítimos.

Sua Opinião é Importante:

Valorizamos seus comentários e feedback sobre nossas práticas de privacidade. Se você tiver alguma sugestão sobre como podemos melhorar nosso compromisso com a proteção de dados, não hesite em nos informar.

Atualizações da Política de Privacidade:

Periodicamente, revisamos nossa política de privacidade para garantir que esteja alinhada com as melhores práticas e regulamentações de proteção de dados. Quaisquer alterações significativas serão comunicadas a você através dos nossos canais de comunicação habituais.

Sua confiança é importante para nós e estamos comprometidos em proteger sua privacidade.

APÊNDICE E – ARTEFATO 4: SOLICITAÇÃO DE CONSENTIMENTO

A Solicitação de Consentimento é um recurso fundamental que inclui uma estrutura clara para que as empresas possam solicitar o consentimento dos titulares de dados de maneira transparente e adequada, em conformidade com as exigências da LGPD.

O modelo de solicitação de consentimento foi desenvolvido para facilitar a comunicação entre as empresas e os titulares, assegurando que a solicitação seja compreensível e direta. Ele orienta as empresas a apresentarem informações relevantes sobre o tratamento dos dados, incluindo quais dados serão coletados, a finalidade do tratamento e o tempo de armazenamento. Essa transparência é crucial para que os titulares possam tomar decisões informadas sobre o uso de suas informações pessoais.

[Nome da Empresa/Organização]

Solicitação de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais

Prezado(a) [Nome do Cliente/Colaborador/Usuário],

Nós, da [Nome da Empresa/Organização], estamos comprometidos em proteger a sua privacidade e os seus dados pessoais de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais regulamentações aplicáveis.

Para garantir transparência e conformidade com as leis de proteção de dados, solicitamos o seu consentimento para o tratamento de suas informações pessoais pela nossa empresa, conforme descrito abaixo:

Dados Pessoais Tratados:

[Liste aqui os tipos de dados pessoais que serão coletados, como nome, endereço, e-mail, telefone, etc.]

Finalidades do Tratamento:

[Descreva claramente as finalidades para as quais os dados serão utilizados, por exemplo, fornecimento de produtos/serviços, comunicação de marketing, análises internas, etc.]

Base Legal para o Tratamento:

[Informe qual é a base legal para o tratamento dos dados, como consentimento explícito do titular dos dados, execução de contrato, cumprimento de obrigação legal, etc.]

Tempo de Retenção dos Dados:

[Indique por quanto tempo os dados serão armazenados pela empresa, de acordo com a finalidade do tratamento.]

Compartilhamento dos Dados:

[Se houver compartilhamento dos dados com terceiros, mencione quais são esses terceiros e a finalidade desse compartilhamento.]

Direitos do Titular dos Dados:

[Informe os direitos garantidos pela LGPD, como acesso aos dados, correção de informações incorretas, exclusão dos dados pessoais, etc.]

Consentimento:

Ao concordar com esta solicitação de consentimento, você autoriza a [Nome da Empresa/Organização] a tratar seus dados pessoais conforme descrito acima.

[] Concordo com o tratamento dos meus dados pessoais conforme descrito acima.

[] Não concordo com o tratamento dos meus dados pessoais conforme descrito acima.

Data e Assinatura:

Data: [Insira a data]

Assinatura: [Assinatura digital ou manual, dependendo do formato de envio]

Por favor, leia atentamente as informações acima antes de tomar uma decisão sobre o seu consentimento. Se tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o tratamento dos seus dados pessoais, não hesite em entrar em contato conosco através dos canais disponibilizados para isso.

Atenciosamente,

[Nome da Empresa/Organização]

[Endereço da Empresa/Organização]

[Contato da Empresa/Organização]

MODELO

EMPRESA ABC LTDA

Solicitação de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais

Prezado(a) João Silva,

Nós, da Empresa ABC Ltda., estamos comprometidos em proteger a sua privacidade e os seus dados pessoais de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais regulamentações aplicáveis.

Para garantir transparência e conformidade com as leis de proteção de dados, solicitamos o seu consentimento para o tratamento de suas informações pessoais pela nossa empresa, conforme descrito abaixo:

Dados Pessoais Tratados:

- Nome completo;
- Endereço residencial;
- Endereço de e-mail;
- Número de telefone.

Finalidades do Tratamento: Os dados pessoais fornecidos serão utilizados para os seguintes propósitos:

- Fornecimento de produtos e serviços contratados;
- Comunicação de novidades, promoções e eventos relevantes;
- Realização de pesquisas de satisfação e análises de mercado.

Base Legal para o Tratamento: O tratamento dos seus dados pessoais se baseia no seu consentimento explícito, conforme previsto no artigo 7º da LGPD.

Tempo de Retenção dos Dados: Os seus dados serão armazenados por um período necessário para cumprir as finalidades acima mencionadas, sendo deletados quando não forem mais necessários para tais finalidades ou mediante solicitação sua.

Compartilhamento dos Dados: Os seus dados poderão ser compartilhados com parceiros comerciais da Empresa ABC Ltda., exclusivamente para a execução dos serviços contratados ou para comunicações de marketing relacionadas aos nossos produtos e serviços.

Direitos do Titular dos Dados: Como titular dos dados, você possui os seguintes direitos:

- Acessar os seus dados pessoais;
- Corrigir informações incorretas;
- Solicitar a exclusão dos seus dados pessoais;
- Revogar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados.

Consentimento: Ao concordar com esta solicitação de consentimento, você autoriza a Empresa ABC Ltda. a tratar seus dados pessoais conforme descrito acima.

Concordo com o tratamento dos meus dados pessoais conforme descrito acima.

Não concordo com o tratamento dos meus dados pessoais conforme descrito acima.

Data e Assinatura:

Data: 08/05/2024

Assinatura: Mario Silva

Por favor, leia atentamente as informações acima antes de tomar uma decisão sobre o seu consentimento. Se tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o tratamento dos seus dados pessoais, não hesite em entrar em contato conosco através dos canais disponibilizados para isso.

Atenciosamente,

Empresa ABC Ltda. Av. Principal, 123 – Centro, Itapajé-CE

Telefone: (XX) XXXX-XXXX

E-mail: contato@empresaabc.com

ANEXO A – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA ANPD

Este anexo reúne os principais documentos e diretrizes emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que servem como base para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Estes materiais auxiliam as pequenas e médias empresas (PMEs) no processo de adequação às exigências legais, oferecendo orientações técnicas e boas práticas para a proteção de dados pessoais.

Tabela 1 – Documentos da ANPD

Nome	Descrição	Link de Acesso
Comunicação de Incidente de Segurança	A Comunicação de Incidente de Segurança se destina exclusivamente aos controladores de dados pessoais. Para noticiar a ocorrência de um incidente com seus dados pessoais ou de terceiros.	https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/ agente-de-tratamento/
Modelo de registros para aplicação da LGPD para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte	O modelo simplificado contém apenas os campos considerados essenciais para que a Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD	https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/modelo_de_ropa_para_atpp-3.xlsx
Checklist de medidas de segurança para agentes de tratamento de pequeno porte	Checklist pode ser um passo a passo para que as empresas analisem os principais pontos relacionados à proteção de dados e comecem a se adequar à lei.	https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/checklist-vf.pdf
Outros documentos	Por exemplo: Glossário de proteção de dados pessoais e privacidade, segurança da informação para agentes de tratamento de pequeno porte e guia como proteger seus dados pessoais	https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/

Fonte: Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD